

A concepção de desenvolvimento nas civilizações do mundo antigo e medieval



Fábio Carlos da Silva¹

RESUMO

O artigo discorre sobre as principais características, princípios e fundamentos referentes à filosofia do desenvolvimento que balizou a narrativa cultural das civilizações do mundo antigo e medieval, trazendo à luz informações sintéticas sobre os principais fatos relacionados à evolução, dimensões e características do desenvolvimento material, científico, cultural e espiritual que prevaleceu na vida econômica, social, política e cultural dessas civilizações, particularmente dos egípcios e gregos da antiguidade e europeus na Idade Média. Espera-se, assim, contribuir para o entendimento das narrativas culturais e concepções de desenvolvimento que emergiram posteriormente na civilização ocidental moderna e contemporânea e que é objeto de outro trabalho.

Palavras-chave: Narrativas Culturais. Concepções de Desenvolvimento. Civilizações.

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando como docente nos programas de pós-graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. E-mail: fcsilva@ufpa.br.

ABSTRACT

The article discusses the main characteristics, principles and foundations referring to the philosophy of development that guided the cultural narrative of the civilizations of the ancient and medieval world, bringing to light synthetic information about the main facts related to evolution, dimensions and characteristics of scientific, cultural and spiritual development that prevailed in the economic, social, political and cultural life of these civilizations, particularly the Egyptians and Greeks of antiquity and Europeans in the Middle Ages. It is expected, therefore, to contribute to the understanding of cultural narratives and conceptions of development that later emerged in modern and contemporary Western civilization and which is the object of another work.

Keywords: Cultural narratives. Development Concepts. Civilizations.

INTRODUÇÃO

A concepção de desenvolvimento no mundo contemporâneo restringe o propósito de vida dos seres humanos, principalmente nas sociedades ocidentais, à busca por obtenção de recursos materiais e à acumulação de bens e dinheiro, como se essa diretriz fosse a que sempre predominou na história da humanidade. Na verdade, essa narrativa carece de fundamentos embasados na trajetória das civilizações onde predominaram outras narrativas para balizar o que se poderia caracterizar como desenvolvimento.

De fato, durante muito tempo, a concepção de desenvolvimento que se tinha (e ainda se tem) das civilizações pré-capitalistas foi prejudicada pelo racionalismo materialista que se seguiu ao término da idade média e a emergência da civilização ocidental capitalista, chegando-se, inclusive, a comparar o homem “primitivo” a uma criança, no sentido de que sua mente era pré-lógica. Segundo alguns, a lógica seria uma criação dos gregos, momento de ruptura entre civilização e barbárie.

Hoje, essas concepções são objeto de severa revisão. Podemos até compreender a autossuficiência do europeu do século XIX, desenvolvendo a indústria, colonizando o planeta todo, criando a ciência moderna e contrapondo-a à visão teológica do medievo, assentando as bases do que julgara ser um mundo de abundância e saber. Hoje, porém, quando questionamos as consequências desse progresso, que aparentemente tinha como meta a felicidade humana, não podemos continuar repetindo a mesma divisão (Pinsky, 2011).

Como ainda bem pontuou o historiador Jaime Pinsky (2011, p.12), sabemos que riqueza técnica e progresso material não representam necessariamente garantia de riqueza espiritual ou artística, ou de organização social. E que dizer da felicidade de seus membros, objetivo final de qualquer grupo? Ou não será essa a meta das sociedades humanas? Será que a humanidade, cada vez mais evoluída em termos materiais e dotada de teorias cada vez mais sofisticadas, vem garantindo à grande massa da humanidade uma boa qualidade de vida? E – radicalizando o argumento –, mesmo entre aqueles que possuem toda espécie de tralha eletrônica e moram em apartamentos com guarita e academia de ginástica, a vida é conduzida sem tensões e competitividade, plena de paz, compreensão e solidariedade? Não se trata, é claro, de negar os nossos avanços tecnológicos, mas será que nada temos para aprender dos povos pré-históricos e das primeiras civilizações?”

Essas intrigantes perguntas nos levaram a desenvolver a pesquisa que resultou na elaboração de dois artigos: o primeiro, que aborda a temática no mundo antigo e medieval, objeto desse texto, e outro que trata da concepção de desenvolvimento nas idades moderna e contemporânea. Ambos procuram, de certa forma, lançar luz sobre como a humanidade concebeu, através de suas lideranças, sua trajetória na história das civilizações, visando o desenvolvimento material e espiritual do ser humano.

O artigo aborda, portanto, as principais características, princípios e fundamentos referentes à filosofia do desenvolvimento que balizou a narrativa cultural dessas civilizações, trazendo à luz informações sintéticas sobre os principais fatos relacionados à evolução, dimensões e características do desenvolvimento material, científico, cultural e espiritual que prevaleceu na vida econômica, social, política e cultural das civilizações, particularmente dos egípcios e gregos da antiguidade, e europeus na idade média.

Além dessa introdução e das considerações finais, o artigo compõe-se de quatro seções: a primeira apresenta uma síntese da concepção de desenvolvimento ao longo da história da

humanidade e as outras três abordam as narrativas culturais, concepções e características do desenvolvimento no Egito antigo, na Grécia clássica e na Idade Média.

A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AO LONGO DA HISTÓRIA

Ainda que possa soar surpreendente, segundo o livro *Em busca da nova consciência*, LR (2020), nosso estado de consciência e de vida é a consequência lógica e natural da evolução da própria força universal da consciência que, através das diferentes formas de vida, cresce e se eleva até se tornar consciente de si mesma. A consciência universal que, como força aglutinadora do espírito e da matéria, dorme no reino mineral, respira e vive no reino vegetal, e começa a se tornar consciente, como em uma consciência de sono no reino animal – finalmente está se tornando autoconsciente no reino humano.

Como a consciência universal é a grande força motriz de toda a vida manifestada no universo, quando ela se torna consciente de si mesma - ainda que de maneira embrionária, como na humanidade atual - ela assume o comando da evolução da vida, tornando-se o fator preponderante de todo desenvolvimento. Em um determinado momento de sua história, a espécie humana deixou de fazer parte do desenvolvimento evolutivo automático da natureza e assumiu para si mesma o ônus e o bônus de sua evolução.

A Memória Social Universal revela que esse momento marca o surgimento da autoconsciência, ou do que chamamos de consciência-eu. Em *Sapiens – Uma Breve História da Humanidade*, o historiador Yuval Noah Harari (2015) descreve o surgimento da consciência-eu na espécie humana como a “revolução cognitiva”, uma mudança em nosso estado de consciência que ocorreu há aproximadamente 70 mil anos e que marcou também o surgimento da linguagem e da representação ficcional do mundo.

Assim surgiram o mundo e sua história, tal como os conhecemos hoje. Harari (2015) afirma ainda que esse momento marca a separação da espécie humana de sua vida integrada à natureza. A partir desse ponto, o homem passa a viver uma realidade dual, em que a realidade imaginada - a ficção coletiva criada por esse novo estado de consciência - se torna o fator dominante. Isso também explica os mitos de Adão e “Eva, e do paraíso perdido do Éden, que representam a perda da vida integrada à natureza.

Esse momento pode ser associado a todos os mitos da queda e da criação de uma ordem de vida separada do Todo. Assim, o surgimento da autoconsciência no ser humano marca uma mudança em seu desenvolvimento, iniciando a transição de um estado natural de semiconsciência animal para um estado inicial de autoconsciência humana, que denominamos “consciência-eu”. Essa mudança pode ser traduzida como a alteração dos três atributos de seu estado de consciência: a identidade, a percepção e a manifestação (LR, 2020).

A Concepção de Desenvolvimento no Mundo Antigo

Nesse processo histórico, o desenvolvimento das primeiras civilizações, particularmente das civilizações egípcia e grega, que juntamente com os povos da Mesopotâmia foram as primeiras sociedades do neolítico que fizeram a transição de povos coletores-caçadores para agricultores-criadores, dando início ao processo sedentário civilizatório com a utilização da agricultura, a criação de animais e a fixação da população em vilas e cidades, constitui-se em modelo e paradigma de qualidade de vida plena em comparação com todas outras civilizações que as sucederam na história da humanidade.

Daí a importância de se analisar a filosofia de vida que embasou a organização social, econômica, política e cultural dos povos da antiguidade, particularmente dos egípcios e gregos, que os colocam em patamar diferencial em relação a todas outras sociedades humanas que lhe sucederam, pois, em todas essas dimensões, principalmente na cultural, as sociedades egípcia e grega lograram padrões de desenvolvimento material e imaterial que propiciaram sentido e propósito de vida para seus habitantes e podem servir de modelo para o aprimoramento da civilização capitalista atual.

Esse conhecimento pode iluminar a construção de uma narrativa que transcenda o materialismo, o consumismo, a acumulação de bens materiais e o cientificismo cartesiano que prevalecem no mundo contemporâneo como objetivo da vida e do desenvolvimento, e que tem provocado rapidamente a deterioração da vida, dos valores morais e incrementado a desigualdade entre as pessoas e países nas sociedades do século XXI.

Na verdade, as teorias de desenvolvimento atuais, por estarem alicerçadas nesses propósitos, não contribuem para a mudança fundamental das consciências, condutas e objetivos das lideranças políticas e econômicas que predominam atualmente nos governos, nas empresas, nas universidades e nos outros formadores de opinião, como a mídia, dificultando a mudança de consciência dos indivíduos e, assim, a sociedade atual acomodou-se em uma narrativa que não favorece a mudança da concepção de desenvolvimento que transcenda o materialismo e o egocentrismo exacerbado que tem levado a decadência acelerada do mundo atual nesse século XXI.

EGITO ANTIGO: PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

O Egito antigo é paradigma de desenvolvimento em sentido amplo de toda a história das civilizações porque, sem dúvida, os egípcios da antiguidade constituíram-se em uma civilização avançada, digamos mesmo que pode ser descrita como opulenta, e as construções que nos legaram, nomeadamente as pirâmides, incluem-se entre as sete maravilhas antigas da humanidade. Durante dois milênios, mais concretamente entre 4000 e 2000 a.C., os egípcios usufruíram de condições únicas, irrigando e cultivando imensas cidades ao redor do Nilo (Mênfis, Abidos, Carnac ou Luxor).

Localizada no nordeste do continente africano, entre a Núbia e a Líbia e o deserto da Arábia, a civilização egípcia, talvez pelo fato de grande parte da sua existência ter sido gerida mediante a união em um só reino, prosperou. O faraó, seu líder máximo, também conhecido por deus-rei, posto que encarnava em si mesmo uma dupla função – gerindo a vida social e política e, por tal fato sendo o rei, mas, igualmente representando, na Terra, a divindade máxima adorada pelos egípcios” (Silva, 2013, pp. 20-21).

Não é insensato pensar que o antigo Egito foi o cadinho onde todas as ciências e religiões se confrontaram e foram utilizadas de modo a melhor satisfazerem os interesses dos dirigentes egípcios, contendo as verdades sobre a natureza do universo que espalharam e por sua vez foram recolhidas pelas escolas pitagóricas e platônicas para constituírem a base do pensamento filosófico do mundo civilizado (Suzarinne, 1984, p.12).

De fato, como observou Paul Johnson (2002, p. 58-9), nenhuma cultura na história mundial foi tão completamente atravessada por um estilo de tamanho requinte quanto a egípcia, tendo sido os antigos egípcios, provavelmente, o povo mais autoconfiante do mundo antigo, sendo o Egito o centro do mundo.

O Início da Civilização no Vale do Nilo: A cosmovisão de desenvolvimento dos antigos egípcios

A história do homem é o registro de uma criatura faminta em busca de comida. Onde quer que a comida fosse abundante, o homem viajou para fazer sua casa. No Egito, um rio gentil fez o trabalho de um milhão de homens e tornou possível alimentar a abundante população das primeiras grandes cidades de que temos registro. É verdade que toda a terra arável não estava no vale. Mas um sistema complexo de pequenos canais e varreduras de água transportava a água do nível do rio até o topo das margens mais altas e um sistema ainda mais complexo de trincheiras de irrigação espalhou-a por toda a terra" (Loon, 2019, p. 22).

“Enquanto o homem da era pré-histórica era obrigado a gastar dezesseis horas de cada vinte e quatro para procurar comida para si e para os membros de sua tribo, o camponês egípcio ou o habitante da cidade egípcia se viu possuidor de certo lazer. Ele usou esse tempo livre para fazer muitas coisas que eram meramente ornamentais e nem tão úteis” (Loon, 2019, p. 22).

O egípcio começou a especular sobre muitos problemas estranhos que o confrontavam. De onde vieram as estrelas? Quem fez o barulho do trovão que o assustou tão terrivelmente? Quem fez o rio Nilo subir com tal regularidade que foi possível basear o calendário na aparição e no desaparecimento das cheias anuais? Quem era ele próprio, uma estranha pequena criatura cercada por todos os lados, por morte e doença, e ainda assim sendo felizes e cheios de risos?

Ele fez essas perguntas e algumas pessoas gentilmente se apresentaram para responder a essas perguntas da melhor maneira possível. Os egípcios os chamavam de “sacerdotes” e eles se tornaram os guardiões de seus pensamentos e ganharam grande respeito na comunidade. Eles eram homens altamente instruídos que foram encarregados da tarefa sagrada de manter os registros escritos.

Eles entenderam que não é bom para o homem pensar apenas em sua vantagem imediata neste mundo e chamaram sua atenção para os dias do futuro, quando sua alma iria morar além das montanhas do oeste e deveria dar conta de seus atos para Osíris, o poderoso Deus que era o Governante dos Vivos e dos Mortos e que julgou os atos dos homens de acordo com seus méritos. De fato, os sacerdotes falaram tanto desse dia futuro no reino de Isis e Osíris que os egípcios começaram a encarar a vida meramente como uma breve preparação para a Outra Vida e transformaram o abundante vale do Nilo em uma terra dedicada aos Mortos” (Loon, 2019, p. 23).

O Cristianismo Original: Herança da cultura e sabedoria egípcia

Nesse sentido, é impressionante notar como “o que é agora chamada de religião cristã já existia na civilização egípcia antiga, muito antes da adoção do Novo Testamento, como observou o egiptólogo britânico, Wallis Budge, que escreveu em seu livro *The Gods of the Egyptians*(1969), que a nova religião (cristianismo) que foi pregada lá por São Marcos e seus seguidores próximos, lembrava em todos os fundamentos de ter sido o resultado dos cultos de Osíris, Isis e Hórus” (Gadalla, 2018a, p.9).

As semelhanças, como notou Budge e todos aqueles que compararam as alegorias egípcias de Osíris / Isis / Hórus com a história do Evangelho, são impressionantes. Ambas nos contam praticamente o mesmo, como, por exemplo, a concepção sobrenatural, o nascimento divino, as lutas contra o inimigo no deserto e a ressurreição dentre os mortos para a vida

eterna. A principal diferença entre as duas “versões” é que os contos do Evangelho são considerados históricos, enquanto que os ciclos de Osíris / Isis / Hórus são uma alegoria. A mensagem espiritual dos antigos egípcios na alegoria de Osíris / Isis / Hórus e a revelação Cristã são exatamente a mesma (Gadalla, 2018a).

Osíris representa o homem mortal, carregando dentro de si mesmo a capacidade e o poder de salvação espiritual. A esperança de cada egípcio era/é a ressurreição em um corpo transformado e na imortalidade, que só pode ser realizada através da morte e ressurreição de Osíris dentro de cada pessoa (Gadalla, 2018a), isto é: a morte e a ressurreição do homem Jesus dentro de cada ser humano, transfigurando-se no Cristo Universal.

Apenas para exemplificar o quanto o cristianismo é resultante de pequenas adaptações da sabedoria egípcia existente há milhares de anos antes do advento do mesmo, pode-se tomar os evangelhos onde há uma passagem que relata o encontro de Jesus com um homem que lhe pergunta: “Bom mestre, que devo fazer para herdar a vida eterna? Jesus, antes de responder, disse-lhe: “Por que me chamas de bom? Ninguém é bom, a não ser um, que é Deus”.

Se consultarmos o 13º livro da obra *Corpus Hermeticum*, de Hermes Trimegistos, constatar-se-á que o trecho evangélico citado acima é proveniente da filosofia hermética, que, explicitamente, milhares de anos antes do surgimento de quaisquer evangelhos cristãos, já registrava que “o bem está exclusivamente em Deus, ou melhor, Deus é o bem em toda a eternidade” (Rijckenborgh, 1989, p.7). Além dessa passagem, praticamente quase a totalidade do conteúdo dos evangelhos é baseado na filosofia hermética (Gadalla, 2018a).

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Essa filosofia do desenvolvimento no Egito antigo, ao contrário da que prevalece atualmente nesse século XXI em todo mundo, priorizava tanto o desenvolvimento espiritual quanto o desenvolvimento material de seu povo, tendo proporcionado grandes realizações no campo científico e tecnológico que foram utilizadas para promover efetivamente uma qualidade de vida digna para a grande maioria da população. Destaque-se também o pioneirismo das invenções do povo egípcio, inclusive em relação a outros povos, principalmente os gregos, que embasaram seu desenvolvimento no conhecimento da ciência e da cultura egípcia.

Dentre as inúmeras invenções do povo egípcio, a humanidade deve àquela civilização a invenção da escrita baseada na utilização de simbologia conhecida como hieroglífica, isto é, escrita sagrada, através da qual hoje se dispõe de informações relevantes sobre a economia, cultura, arte, ciência e religião do povo egípcio, que permitem que se conclua o alto grau de desenvolvimento e a longevidade daquela civilização.

Apesar de ser concomitantemente à escrita dos sumérios e de outros povos antigos, nenhum desses povos dispôs de material tão adequado para escrever, sendo que na região do Tigre e do Eufrates, utilizavam-se volumosas tabuletas de argila sobre as quais eram gravados os símbolos gráficos, que, apesar de úteis, careciam da qualidade e da beleza da escrita egípcia. Os gregos e romanos também utilizaram o papiro e nós, no mundo contemporâneo, continuamos utilizando material semelhante, o papel, elaborado a partir da madeira (Asimov, 2021).

Ainda segundo Asimov (2021), apesar de Hipócrates ser considerado o pai da medicina alopática do mundo ocidental, os registros históricos da história egípcia revelam que o primeiro médico e cientista que a história registra foi Imhotep, que alcançou tamanho

prestígio como médico, de faculdades curativas quase mágicas, que muitos séculos mais tarde foi colocado no panteão egípcio como deus da medicina.

Também a revista Super Interessante, na edição de número 191, de agosto de 2003, em reportagem de Karen Gimenez, revela que dentre as realizações no campo científico e tecnológico, os antigos egípcios desenvolveram conhecimentos e técnicas nos campos da engenharia, química, construção civil, naval e hidráulica, tendo sido pioneiros em diversas tecnologias, como na navegação, onde há fortes indícios de que alguns dos louros atribuídos aos fenícios precisam ser divididos com os egípcios. A vela mais antiga de que se tem notícia, por exemplo, é egípcia, e foi encontrada dobrada dentro de uma múmia em Tebas, de cerca de 1000 a.C. Os mais antigos modelos de barcos a vela dos fenícios de Tiro e Cartago datam do século 8 a.C. (Gimenez, 2003).

Os egípcios foram os primeiros a projetar barcos pensando previamente no destino que eles teriam. Modelos militares eram diferentes dos cargueiros, que por sua vez não se pareciam com os utilizados para lazer ou cerimônias religiosas. Os armadores egípcios conheciam as propriedades de expansão da madeira, rigidez e durabilidade. Tais conhecimentos eram vitais na construção de embarcações capazes de sustentar blocos de pedras com mais de 80 toneladas (Gimenez, 2003).

“O grande mistério da engenharia naval do Antigo Egito não é como os barcos aguentavam tanto peso, mas de que forma as pedras eram colocadas neles. Há diversas suposições, que vão da construção de diques secos até afundamento dos barcos para posterior emersão, no caso de cargas menores”. Até agora não foram encontrados registros sobre como eles colocavam uma rocha de 80 toneladas numa balsa sem que ela adernasse durante a operação. Mas que eles conseguiam, conseguiam. Um dos feitos mais impressionantes dos engenheiros do Antigo Egito foi a construção de um antecessor do atual Canal de Suez. “Em aproximadamente 2500 a.C. os egípcios construíram uma eficiente passagem ligando o mar Vermelho ao Mediterrâneo, como os europeus vieram a fazer em 1869” (Gimenez, 2003).

Dinâmica Socioeconômica e Desenvolvimento Urbano

O comércio no antigo Egito era monopólio da realeza, uma tarefa do Estado que fazia com que o país se diferenciasse substancialmente das cidades-estados da Mesopotâmia. As transações mais importantes eram realizadas com Biblos, atual Líbano, que suprimiam o país de madeiras que não haviam no país (Johnson, 2002).

Ricos no que se refere à fertilidade das terras, mesopotâmios e egípcios eram muito pobres em matérias-primas, algumas delas essenciais. O vale do Nilo não tinha madeira para construção, nem pedras ou minérios. A Suméria não estava em situação melhor. Com as obras hidráulicas, os egípcios e os sumérios desenvolveram um comércio com povos vizinhos destinado a suprir suas terras das matérias-primas fundamentais. Forma-se então um grupo de comerciantes, de trabalhadores em transportes e de artesãos para trabalhar a matéria-prima, todos eles alimentados pelo restante da sociedade que continuava a produzir alimentos.

Depois surgiram os soldados para proteger os comboios, escribas para registrar os negócios e toda uma gama de funcionários do Estado para conciliar eventuais conflitos de interesses” (Pinsky, 2011, P,68).

Ao necessitar de matérias-primas que não eram encontradas em seu território, os governantes das primeiras cidades expandem os seus tentáculos. Por meio dos contatos propiciados pelo comércio, vemos vários povos, vizinhos aos sumérios e aos egípcios, transformando aldeias em cidades. Isso ocorre no que é hoje a Síria, o Iraque, o Irã, Israel, Creta e, depois, cada vez mais longe. Agrupamentos humanos simples, compostos de aldeia e campo, antes produtores autossuficientes de alimentos, metamorfoseiam-se em cidades complexas com atividades manufatureiras” (Pinsky, 2011, p. 69).

Após a formação dos governos dinásticos e da junção do Baixo e do Alto Egito, o país se tornou a maior e mais civilizada potência do mundo, tendo sobrevivido por mais de três mil anos. Tal estabilidade por período tão longo é a única em toda a história da humanidade, justificando, por si só, o estudo do passado egípcio (Johnson, 2002, p. 381).

Enquanto a Revolução Agrícola ocorreu em grande parte de forma espontânea, a Revolução Urbana desenvolveu-se mais pela difusão, por meio de vários mecanismos, um dos quais o desenvolvimento da atividade comercial.

Ainda segundo Pinsky (2011), atrás das matérias-primas, os comerciantes procuravam as regiões que as produziam, onde encontravam grupos humanos já estabelecidos. Coube aos egípcios e sumérios convencer esses grupos a extraírem metais, madeiras ou pedras em quantidade muito superior à que estavam habituados. Quando obtinham sucesso em suas tentativas, os comerciantes provocavam profundas alterações no dia a dia desses povos, que deveriam especializar-se para dar conta da demanda dos produtos solicitados. Na verdade, uma parte da população tinha de produzir alimentos para esses que haviam se especializado, reproduzindo o esquema que já vimos acima. Em casos extremos, a coisa foi ainda mais longe.

É o caso de Biblos, cidade situada no que hoje é o Líbano, onde os egípcios iam buscar o cedro, excelente madeira para barcos e construção de edifícios e templos. A presença egípcia em Biblos foi muito grande: seus funcionários levaram para a região suas crenças e sua escrita, sua arte e sua administração. Os fenícios tomaram contato com a cultura egípcia, assimilando-a, e criaram suas cidades a partir daí” (Pinsky, 2011, p.70).

Governo e Gestão Pública

A necessidade de a humanidade instituir o governo como concebemos nos dias presentes, advém da passagem da vida baseada no extrativismo para a agricultura, que teve início na Mesopotâmia e no Egito em função da necessidade de se manter um trabalho sistemático e regular para manter os rios da região em condições satisfatórias para o plantio, tratos culturais e colheita dos principais alimentos de então (trigo; cevada; aveia, etc.).

Essa necessidade do trabalho regular ao longo dos rios – construção de diques, canais, etc.) revolucionou a forma como grupos humanos dessa região se relacionavam com a natureza para obtenção de alimentos e proteção contra as intempéries da natureza, uma vez que, por terem que se tornar sedentários, esses povos deram origem à urbanização e a necessidade da organização e de governos da comunidade.

Dessa forma, na Mesopotâmia e, particularmente no Egito, as cidades representam a grande revolução da humanidade, pois permitem o trabalho organizado de um grande número de pessoas sob uma liderança que vai adquirindo legitimidade, a ponto de estabelecer sanções para os que se recusam a cumprir as tarefas estabelecidas (Pinsky, 2011).

Além de ter sido o primeiro Estado, o Egito foi também o primeiro país: ele não resultou apenas da engenhosidade humana, mas de um agrupamento racial e, sobretudo, de uma geografia favorável. Nisso reside a força primordial do Egito. Já a durabilidade do Estado em desenvolvimento se garantiu pela simplicidade e pelo poder de sua instituição central, a monarquia teocrática (Johnson, 2002).

O trono do Egito durou por 3 mil anos; ele não foi legitimado por nenhuma doutrina e seleção humana, mas pela própria sanção divina. Essa foi a razão principal pela qual a civilização egípcia produziu tantas riquezas e durou tanto tempo, provida de uma convicção absoluta (Johnson, 2002).

A centralização administrativa no antigo Egito supunha uma máquina eficiente que fizesse com que as ordens emanadas do faraó chegassem a todo o reino. A própria palavra faraó significa “casa grande”, sede da administração, de onde tudo emana e para onde tudo converge.

Acredita-se que o rei pessoalmente dirigia tudo, não sendo seus ministros senão sua extensão, seus olhos, bocas e ouvidos, sem autonomia para criar ou conceber. Havia a figura do primeiro-ministro, que ocupava espaços que o rei, eventualmente, deixasse vazios, por falta de vontade ou talento para governar. A autoridade regional era o nomarca (não confundir com monarca), espécie de governadores que administravam os nomos, em número de quarenta, espalhados pelo Egito. Cada aldeia podia eleger o seu líder local e um conselho, composto por representantes de diferentes categorias. Como frisado por Pinsky (2011, p.122).

“a autonomia desses gestores variou muito ao longo da história egípcia, mas deve ter sido sempre limitada pela presença de funcionários do governo central que vinham constantemente fiscalizar campos, conferir rebanhos, orientar construções ou transmitir normas, de modo a permitir a manutenção de ligação estreita entre o poder central e o mais obscuro dos habitantes. O executor material das ordens reais era o escriba, funcionário do poder central, responsável físico pela articulação entre as ordens dadas e sua execução.”

O DESENVOLVIMENTO NA GRÉCIA ANTIGA: BERÇO DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Na história das civilizações, os antigos gregos representam grande avanço cultural, pois primaram por nos brindar com toda a sorte de fatos que ainda hoje são relevantes para o nosso dia-a-dia. É o caso da democracia que tem sido um sistema político que prevalece na maioria dos países ocidentais, além da grande contribuição dos gregos na filosofia, ciência, arte, arquitetura moderna e cidadania (Silva, 2013).

O desenvolvimento da Grécia como nação pode ser situado no denominado período helenístico que designa tradicionalmente o período da história grega que se estende desde a época do rei macedônio Alexandre, o Grande, até a época da dominação romana; assim, estende-se desde o final do século IV a.C. até o final do primeiro século a.C.

Graças à extraordinária expedição de Alexandre, que espalhou a influência grega do Egito à Índia, inaugurou-se um novo período na história mundial. Poderíamos dizer que foi então que a Grécia começou a descobrir a imensidão do mundo. Este foi o início de um intenso intercâmbio comercial, não apenas com a Ásia Central, mas também com a China, a África e a Europa Ocidental. Tradições, religiões, ideias e culturas se misturavam, em um encontro que marcaria indelevelmente a cultura do Ocidente (Hadot, 2004, pp.105-106).

A cidadania virtuosa dos gregos herdada dos egípcios

Nas cidades gregas no mundo antigo, que eram realmente Estados, tem lugar uma concepção de desenvolvimento pautada no que se pode denominar de cidadania virtuosa, sendo essa característica herdada da cultura egípcia, pois os grandes filósofos gregos conviveram e estudaram no Egito, onde assimilaram as qualidades e a consciência cívica da primeira civilização mundial e a transladaram para a Grécia.

Isso aconteceu porque, depois de quase cinco mil anos de proibição contra os gregos, eles foram autorizados a entrar no Egito para fins de educação. Primeiro através da invasão persa e segundo através da invasão de Alexandre, o Grande. A partir do século VI a.C. portanto, até a morte de Aristóteles (322 a.C.), os gregos aproveitaram ao máximo sua chance de aprender tudo o que podiam sobre a cultura egípcia; a maioria dos alunos recebeu instruções diretamente dos sacerdotes egípcios (James, 2009; 2016).

Apesar do caráter inovador da concepção de cidadania, eram bem poucos habitantes da Grécia antiga que dispunham do status de cidadãos, pois, ainda que a cidadania fosse exercida diretamente pelo cidadão, que tinha o direito de propor e aprovar leis, contudo, principalmente os proprietários de terras eram considerados cidadãos, estando excluídos os artesãos, comerciantes, mulheres, escravos e estrangeiros, exclusão essa que não se verificava no Egito antigo. Assim, estes grupos não tinham direitos políticos e participação nas decisões da comunidade. Para os gregos, a cidadania era um bem inestimável. Para eles, os cidadãos eram todos aqueles que tivessem condições de opinar sobre os rumos da sociedade, ou seja, somente uma elite minoritária.

Dinâmica socioeconômica e desenvolvimento urbano

Antes do advento das cidades, e, portanto, do processo civilizatório, “o homem dos primeiros tempos achava-se continuamente em presença da natureza; os costumes da vida civilizada não haviam estabelecido uma separação entre a natureza e o homem” (Coulanges, 1998, p. 127, citado por Gonçalves, 2010). Séculos mais tarde, a cidade e a natureza adquirem características essencialmente distintas. Uma vez sentida como espaço diferente da paisagem, a cidade constitui-se como lugar de pertencimento do homem civilizado.

Dessa forma, a “segunda Antiguidade” foi caracterizada justamente pela abertura das cidades ao mundo exterior, o que resultou em sua conseqüente dessacralização. Esta nova Antiguidade coincide com o período helenístico, cujas premissas de unificação dos espaços conhecidos promoveram também o ideal de unificação cultural no Mediterrâneo antigo. Aquele primeiro sentimento de pertencimento à cidade foi abandonado em favor do sentimento de pertencimento ao Império e à cultura helenístico-romana (Marrou, 1980, p. 47; citado por Gonçalves, 2010, p. 8).

Os gregos, além de terem criado novas formas de governo, novas formas de literatura e novos ideais na arte nunca superados, também criaram o ideal da polis, uma comunidade autônoma formada por uma cidade principal e uma pequena faixa de terra de cultivo em volta. Para a nossa mentalidade moderna, a polis nada mais é do que uma cidade independente, e não muito grande, de modo que acabamos dando-lhe a denominação de “cidade-Estado” (Asimov, 2022).

Em grande medida, o poder de cada cidade-Estado era neutralizado pelas cidades vizinhas, e no final ficavam todas enfraquecidas. As duas únicas cidades que conseguiram dominar

regiões consideráveis foram Esparta e Atenas, as “grandes potências” do mundo grego. No entanto, também eram pequenas, de população igualmente reduzida. Atenas, no momento de seu esplendor, tinha aproximadamente 43 mil cidadãos adultos do sexo masculino, cifra enorme para uma polis grega (Asimov, 2022).

No entanto, essas diminutas cidades-Estado elaboraram sistemas de governo tão úteis que se mostraram mais adequados aos tempos modernos que as simples monarquias autoritárias dos grandes impérios orientais em volta da Grécia. Ainda nos dias de hoje, chamamos a técnica de governar de “política”, que vem da polis grega, e uma pessoa dedicada à tarefa de governar é chamada de “político”.

Os gregos sempre conservaram seu ideal da polis autônoma, e era nisso que consistia, para eles, a liberdade, mesmo que ela fosse governada, na realidade, por poucos homens, e apesar de a metade da população ser formada por escravos. Os gregos lutavam até a morte por sua liberdade: foram o único povo de sua época a fazer isso. E embora a ideia deles de liberdade não seja vista por nós como suficientemente ampla, foi expandindo-se ao longo dos séculos, e o ideal de liberdade, tão importante para o mundo moderno, nada mais é do que a liberdade grega ampliada e aprimorada (Asimov, 2022).

Quando a polis aparece no território grego, ela passa a ser considerada como a mais perfeita forma de organização humana, uma vez que emanava da própria ideia de legalidade imanente ao cosmos. Mais tarde, Aristóteles diria que a polis era uma forma que somente os homens podiam compartilhar com exclusividade. Os animais conheciam, assim como os homens, a vida em família e em bando, mas só a cidade correspondia a um desejo de “viver melhor”. Aliado a este “viver melhor” estava o ideal de autarquia. A cidade poderia garanti-la por meio de suas leis e instituições. Para os gregos, as leis da cidade reduziam até mesmo a interferência dos deuses na vida dos homens. Alí eles tinham seus templos, onde recebiam as oferendas” (Eyley, pp. 149-150).

Escolas filosóficas, Governo e Gestão Pública

A filosofia helenística correspondia a um desenvolvimento natural do movimento intelectual que a precedeu associado diretamente à formação da polis. Para Hadot (2004), talvez fosse a própria experiência do encontro entre os povos que lhe tenha permitido desempenhar certo papel no desenvolvimento da noção de cosmopolitismo, isto é, da ideia do homem como cidadão do mundo.

Por outro lado, é importante ressaltar que o estudo da filosofia, para os gregos, não significava apenas uma opção intelectual, uma profissão, como é para nós. Significava uma competência que devia permitir o desempenho de um papel na cidade. No entanto, essa competência só podia ser apreendida se o sujeito que a aprendesse tivesse as atitudes apropriadas e se as exercesse satisfatoriamente. Havia, assim, uma escolha de vida (Eyley, 2014).

Assim, as escolas ou concepções filosóficas dos antigos gregos, dentre as quais se destacaram Pitágoras, Sócrates, Platão e Aristóteles, em sua grande maioria, foram incapazes de agir no plano da cidade real. Afinal, eles pensaram a cidade, como Platão e Aristóteles, mas não encontraram um remédio para a corrupção. Daí terem desenvolvido uma moral individual. Segundo Pierre Hadot (1999), os filósofos da época helenística jamais se desinteressaram da política. Eles desempenharam sempre o papel de conselheiros dos príncipes ou embaixadores de uma cidade.

Cada escola definia-se por uma escolha de vida, por uma opção existencial. Afinal, a filosofia era amor e investigação da sabedoria, e a sabedoria era, precisamente, um modo de vida. Assim, a escolha inicial, própria a cada escola, era a escolha de um tipo de sabedoria e integrava tanto aquilo que entendemos como corpo quanto como mente. Ainda que o conceito de sabedoria pudesse variar, havia um núcleo comum a todas as definições em todas as escolas helenísticas.

Todas as escolas definiam a sabedoria como um estado de perfeita tranquilidade da alma. Nessa perspectiva, a filosofia aparecia como uma terapêutica dos cuidados, das angústias e da miséria humana. Ainda segundo o mesmo autor, o que variava eram as causas da miséria humana. Para os cínicos, os sofrimentos eram causados pelas convenções e obrigações sociais. Para os estoicos, pela perseguição do prazer e do interesse egoísta (Hadot, 2004).

Para os cétricos, pelas falsas opiniões, e para os epicuristas pela investigação dos falsos prazeres. Para todas elas, o mal não estava nas coisas, mas nos juízos de valor que os homens lhes atribuíam. Tratava-se, então, de os homens cuidarem de mudar seus juízos de valor: todas essas filosofias se queriam terapêuticas. Contudo, “para mudar seus juízos de valor, o homem devia fazer uma escolha radical: mudar toda sua maneira de pensar e de ser. Era graças a essa escolha pela filosofia que ele atingiria a paz interior e a tranquilidade. Muitas dessas escolas tinham, inclusive, dietas específicas, assim como exercícios físicos e espirituais” (Eyler, 2014, p.152).

No período helenístico, o que fazia a unidade do mundo grego, entendido como “universo habitado”, como civilização, não era mais o sangue ou a unidade política, e sim a crença em um mesmo pensamento relativo à finalidade essencial do homem e aos meios de atingi-la, isto é, a cultura. A civilização da Paideia ultrapassava, assim, a discussão centrada em função de problemas políticos.

Os filósofos helenistas consagravam-lhe uma reflexão autônoma centrada na ideia de uma cultura pessoal como o bem mais precioso que tinha sido dado aos mortais. Ter tal educação, ou ser educado, era obter o primeiro de todos os bens e, ao mesmo tempo, o único que jamais poderia ser roubado.

Como aponta Marrou, podemos até pensar em uma religião da cultura, pois havia uma elevação de valores culturais até o ponto de, por meio deles, atingir-se a imortalidade. O trabalho da inteligência, o cultivo das ciências e das artes era, também, um seguro instrumento de ascese que, purificando a alma das máculas das paixões terrestres, a libertava pouco a pouco dos liames acabrunhantes da matéria.

Em suma, o verdadeiro herdeiro da cidade antiga não era o indivíduo, mas a pessoa humana que, liberta do condicionamento coletivo da cidade, tomava consciência de si própria, de suas possibilidades, de suas exigências e de seus direitos.”, o que de fato só deve ter se concretizado para aquelas pessoas que transformaram suas consciências egocêntricas em consciência universal e altruísta.

Foi assim que o conceito de formação do homem foi amplamente divulgado e transformado em escolha pessoal. No entanto, neste mundo antigo não podemos utilizar nossos conceitos sem problematizá-los. Assim como a democracia não significava igualdade social ou a inclusão de todos os homens nas decisões da cidade; o ideal de formação do homem culto também não atingia a todos os homens.

Afinal, segundo Eyler (2014, p. 154) para o homem, de fato, alcançar a excelência humana que o distinguia dos animais, ele devia estar livre dos constrangimentos da sobrevivência.

“Usando nossos códigos, podemos traduzir do seguinte modo as condições necessárias para o alcance da excelência: casa, comida, saúde, proteção. Sem abrigo, sem comida, doente, com medo, é impossível pensar, é impossível o desenvolvimento do logos. Palavra e raciocínio como atributos exclusivos do homem precisam de condições para se desenvolver. Assim, o desenvolvimento da vida como “obra de arte” estava submetido às mesmas exigências que o exercício da cidadania na polis”.

A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NA IDADE MÉDIA

A Idade Média abarca um período de cerca de dez séculos, transcorridos entre o final da antiguidade e o início da modernidade, e é um período muitas vezes incompreendido da história europeia. Começando após a queda de Roma e seu domínio sobre a Europa Ocidental, a Idade Média marcou um período tumultuado que viu a religião desempenhando um papel cada vez mais significativo na vida de todos. O cristianismo mudou entre a queda de Roma e o Renascimento, e grande parte do período reflete as mudanças na Igreja, que, a partir da conversão do imperador Constantino, no século IV, reorientou seus interesses para fins materiais, institucionalizando e horizontalizando a religião do templo interior de cada ser humano, para dogmas e ritos e templos exteriores (Silva, 2021; C H, 2019).

Depois que as pessoas não estavam mais ligadas ao Império Romano, os homens começaram a buscar o poder e as nações começaram a se formar sob os líderes mais fortes. Alguns dos líderes mais notáveis da Europa viveram durante este período, incluindo Carlos Magno, que brevemente uniu muitas regiões do antigo Império Romano sob sua bandeira. Isso provou ser insustentável por aqueles que o seguiram, e o continente novamente caiu sob o controle de diferentes tribos e facções.

A queda de Roma não marcou o fim do império, ou pelo menos não o fim do progresso que eles fizeram. Simplesmente mudou a localização de Roma para Constantinopla. A ascensão do Império Bizantino garantiu que grande parte da pesquisa, literatura, arte e obras do período romano fossem preservadas e levadas adiante pelo povo dentro do novo império. Alguns dos imperadores tentaram retomar as antigas partes do Império Romano no oeste, mas não tiveram sucesso (C H, 2019).

A guerra era incrivelmente comum durante esse período, pois os romanos treinaram muitas das tribos germânicas que foram absorvidas pelo Império Romano. Essas táticas foram voltadas umas para as outras à medida que os líderes subiam e desciam. Talvez o mais trágico deles tenha sido os 200 anos em que o povo cristão foi ensinado a acreditar que precisava matar pessoas em nome de Jesus para que pudessem recuperar sua terra.

As Cruzadas, segundo Captivating History (2019, p.83), não apenas tiraram vantagem da fé dos cavaleiros, camponeses e outros seguidores devotos, mas também distorceram a Igreja. Após a última Cruzada, a Igreja emergiu como o poder dominante em todo o continente. Governava com um punho cruel que não permitia discordância ou mesmo questionamento. A ciência tornou-se cada vez mais arriscada, mesmo durante o Renascimento, e as pessoas podiam ser consideradas heréticas por contradizer ou mesmo questionar os ensinamentos da pseudociência da Igreja. As várias Cruzadas foram o primeiro grande abuso da Igreja, e foram, em grande parte, provocadas por pessoas poderosas em busca de ganhos pessoais.

Nesse sentido, a Igreja perseguiu também, além de judeus, muçulmanos e pagãos, comunidades cristãs que discordavam dos dogmas instituídos nos vários concílios e que

distorceram o cristianismo original, herdado da tradição espiritual do antigo Egito, fundadas na filosofia hermética e no platonismo, considerando essas comunidades como heréticas.

Dentre esses povos, pode-se citar os Cátaros no Sul da França, que habitavam a região do LANGDOC, nos Pirineus, e que foram perseguidos pela Inquisição, sendo vítimas das maiores atrocidades que uma instituição que se intitulava (e se intitula) portadora da salvação da humanidade cometeu contra aquela comunidade, que, na verdade, representou uma civilização diferenciada na história da humanidade. Os cátaros foram perseguidos por ordem da papa Inocêncio III, tendo sido queimados e emparedados vivos nos castelos e grutas da Região onde habitavam. Ou seja, a prática da Igreja católica revelou seu afastamento do cristianismo primitivo, tendo institucionalizado ações voltadas para a secularização da vida e acumulação de bens materiais, utilizando-se, inclusive, de práticas criminosas contra seus semelhantes.

Por outro lado, a Idade Média também viu algumas das realizações arquitetônicas mais impressionantes na forma de arquitetura gótica, com edifícios que ainda estão de pé hoje. Essa arquitetura provou ser inspiradora para artistas de todos os meios, mas principalmente na literatura e no cinema moderno. Muitas das ideias do Renascimento tiveram alguns de seus fundamentos na Idade Média, não apenas nas ideias clássicas romanas.

Em síntese, na Idade Média, ocorreram muitas tragédias, incluindo a Grande Fome, a Guerra dos Cem Anos, as Cruzadas e a Peste Negra, mas não foram os únicos eventos que definem o tempo entre o século VI e os séculos XIV ou XV. Ao olhar ao redor da Europa hoje, pode-se ver a influência residual da Idade Média em suas estruturas, arte e literatura. Tantas coisas que são tidas como certas hoje, na verdade, tiveram suas raízes durante esse período de transição. Imagine como a literatura e o entretenimento seriam diferentes hoje sem algumas das principais obras literárias que definiram a Europa durante esse período.

A Idade Média, como bem registrado em *Captivating History* (2019, p.84) foi muito mais do que morte e guerra; foi, na verdade, uma época de crescimento e desenvolvimento após a queda de Roma, uma cidade que havia governado grande parte da Europa durante séculos. Povos e regiões que tinham pouco em comum foram capazes de desenvolver suas próprias identidades e estruturas políticas. À sua maneira, foi um renascimento, apenas em um mundo caótico, comparado ao Renascimento, que foi um renascimento das estruturas rígidas da Igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apontou a importância de se conhecer as concepções de desenvolvimento das sociedades do mundo antigo e medieval para a análise da evolução da concepção de desenvolvimento ao longo da história da humanidade, pois, a sociedade ocidental contemporânea tem suas raízes culturais, sua organização econômica e política, sua ciência e literatura, sua religião e filosofia, no Oriente e no Egito.

Com o advento das primeiras civilizações, com o crescimento da agricultura e da vida sedentária, as atividades comerciais ganham amplitude e desestabilizam o mundo primitivo, porque até que ele ganhasse destaque, trazendo consigo a moeda e o lucro, não havia propriedade e, portanto, quase nada do que chamamos governo. Nos mais antigos estádios do desenvolvimento econômico a propriedade era limitada, na maior parte, às coisas de uso pessoal; o senso de propriedade mostrava-se tão forte em relação a essas coisas que frequentemente elas eram (inclusive as esposas) enterradas com o possuidor; já nas coisas

do uso não pessoal esse senso revelava-se fraco; teve de ser inculcado e constantemente fortalecido- não era inato (Durant, 1983:12).

Nos últimos séculos da civilização antiga a concepção de desenvolvimento virtuosa baseada principalmente nas filosofias hermética e grega entrou em degenerescência, que se acentuou ainda mais com o fim do Império Romano em função do declínio geral da vida intelectual (Denis, 1974).

Na Idade Média o comércio regrediu substancialmente e a vida ficou mais próxima dos tempos que antecederam as civilizações comerciais do mundo antigo, principalmente mais próxima de padrões de subsistência próximas da natureza, onde a terra passa a ser a principal fonte de riqueza da sociedade medieval.

Em relação à concepção de desenvolvimento no período que antecede a emergência do capitalismo, pode-se inferir, de certa forma, que, em algumas comunidades já na baixa Idade Média, ela estava muito mais próxima de um objetivo virtuoso de libertação e realização espiritual, apesar do flagelo e da distorção do cristianismo original promovido Igreja católica, que secularizou o desenvolvimento espiritual.

Em relação à interpretação da vida econômica, social e política na Idade Média, segundo Silva (2021), emergem duas correntes de pensamento: uma que considera a Idade Média como sinônimo de pobreza, fome, enfermidades, epidemias, intolerância, superstições, que ainda deixaram suas marcas no mundo moderno, mas que cabe ao progresso superar; e outra para a qual a Idade Média seria um repertório de valores para os quais seria necessário retornar, seja por meio da recuperação de uma ética cavalheiresca, seja por meio da reafirmação de valores coletivos de solidariedade, de respeito à natureza.

Certamente as características da primeira interpretação, de certa forma, sempre estiveram presentes, em maior ou menor grau, em todos os tempos da história da humanidade. Contudo, os da segunda, são cada vez mais raros nessa nossa civilização capitalista global do século XXI, e, a recuperação dos ideais de vida pautados na ética, solidariedade, altruísmo e amor ao próximo, como pregados e vividos pelos povos da Idade Média que vivenciaram o verdadeiro cristianismo interior, seriam fundamentais para a reversão da crise moral, ética, material e espiritual que vivemos atualmente, em busca de um futuro mais promissor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASIMOV, Isaac. *Os Egípcios*. São Paulo: Editora Planeta Minotauro, 2021.

ASIMOV, Isaac. *Os Gregos*. São Paulo: Editora Planeta Minotauro, 2022.

CH (Captivating History). *The Middle Ages: A Captivating Guide to the History of Europe, Starting from the Fall of the Western Roman Empire Through the Black Death to the Beginning of the Renaissance*. Captivating History, 2019. (Edição do Kindle).

CONTE, Carlos Basílio. *Livro dos Sábios, Magos, Mestres e Profetas: A História Espiritual da Humanidade*. São Paulo: Madras, 2008.

DENIS, Henri. *História do Pensamento Econômico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

DURANT, WILL. *A História da Civilização*. 3ª edição. Volume I – Nossa Herança Oriental. Rio de Janeiro: Record, 1983.

ECO, Humberto. *Idade Média – Bárbaros, cristãos e muçulmanos*. Alfragide – Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010.

EYLER, Flávia Maria Schlee. *História antiga: Grécia e Roma – A Formação do Ocidente* (Série História Geral). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GADALLA, Moustafa. *O Antigo Egito: As Raízes do Cristianismo*. 2ª edição. Greensboro (NC/USA): Fundação de Pesquisas Tehuti, 2018a.

GADALLA, Moustafa. *A Cosmologia Egípcia: O Universo Animado*. 3ª edição. Traduzido do inglês por Marcelo Cavicchioli. Greensboro (NC/USA): Fundação de Pesquisas Tehuti, 2018b.

GADALLA, Moustafa. *A Origem Intocada do Egito: A importância do Antigo Egito*. Fundação de Pesquisa Tehuti: Greensboro, NC, U.S.A, 2018c.

GIMENEZ, Karen. *A Incrível Ciência do Egito Antigo*. *Super Interessante*, número 191, agosto de 2003.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; VIEIRA NETO, Ivan. *Religião e magia na antiguidade tardia: do helenismo ao neoplatonismo de Jâmblico de Cálcis*. *Dimensões*, vol. 25, 2010, p.4-17.

HADOT, P. “As escolas helenísticas”. *What is Ancient Philosophy?* Cambridge (USA): Harvard University Press, 2004.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. Porto Alegre-RS: L&PM, 2015.

JAMES, GEORGE G. M. *Stolen Legacy: Greek Philosophy is Stolen Egyptian Philosophy*. *The Journal of Pan African Studies*, 2009 (eBook)

JAMES, George G. M. *Stolen Legacy*. For centuries the world has been misled about the original source of the arts and sciences. A & D Books, 2016.

JOHNSON, Paul. *História Ilustrada do Egito Antigo*. Tradução de Alberto Pucheu. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

LR (Lectorium Rosicrucianum). *A Busca da Nova Consciência*. Série Renovação vol. 3. Jarinu-SP: Editora Pentagrama, 2020.

LON, Hendrik Van. *A História da Humanidade (Ilustrado)*. Libertas Editora, 2019.

MOURA, Crispiniano Bruno Silva. *A influência da cultura cátara na política medieval*. Brasília: UNB, 2016.

PINSKY, Jaime. *As primeiras Civilizações*. 25ª edição. São Paulo: Contexto, 2011.

PIRENNE, Henri. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrabel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RIJCKENBORGH, Jan Van. *A Arquignosis Egípcia*. Tomo III, 1ª edição. São Paulo: Lectorium Rosicrucianum, 1989.

SAES, Flávio Azevedo Marques; SAES, Alexandre Machione. *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2020.

SILVA, Marcelo Cândido da. *História Medieval*. Coleção História na Universidade. São Paulo: Contexto, 2021.

SILVA, Pedro. *As Maiores Civilizações da História*. Coleção História Extraordinária do Mundo. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.

SUZZARINI, François. *A Astrologia Egípcia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

SITE CONSULTADO

<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/resumo-de-historia-idade-media>. Acesso em 7 de setembro de 2022.